

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: BETWEEN ADVANCES AND SETBACKS

Patrícia Araújo dos Santos

MUST University, Estados Unidos

Lucas Galvão Lagares

MUST University, Estados Unidos

Rosana Maria da Silva Tonhá

MUST University, Estados Unidos

Adriana Alves Borges

MUST University, Estados Unidos

Maria Denise de Sousa Leite Rodrigues

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/461bmx62>

Publicado em: 30.06.2024

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar os avanços e retrocessos das políticas educacionais no Brasil, com ênfase nos campos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da inclusão educacional e das reformas curriculares do ensino médio. O estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica fundamentada em três artigos científicos publicados entre 2023 e 2024, os quais abordam criticamente as transformações institucionais e normativas nas políticas públicas educacionais. Foram examinadas as descontinuidades nas políticas voltadas à EJA, os conflitos entre discurso e prática nas ações de inclusão, bem como os efeitos da racionalidade tecnicista nas reformas curriculares recentes. A análise revelou que, embora tenham sido alcançados marcos legais e programáticos relevantes, tais políticas têm sido caracterizadas pela fragmentação, pela instabilidade institucional e pela crescente influência de interesses privados. Como resultado, a efetividade do direito à educação permanece comprometida, sobretudo entre os grupos socialmente vulnerabilizados. Concluiu-se que a ausência de planejamento estatal de longo prazo, somada à subordinação das políticas públicas a lógicas de mercado e a agendas políticas descontínuas, contribui para a manutenção das desigualdades educacionais. A pesquisa reafirma a necessidade de políticas educacionais consistentes, intersetoriais e democráticas, sustentadas por princípios de equidade, participação social e valorização da formação crítica.

Palavras-chave: Juventude e Adultos; Exclusão Escolar; Currículo; Continuidade Institucional; Formação Cidadã.

Abstract: This article aimed to analyze the advances and setbacks of educational policies in Brazil, focusing on Adult and Youth Education (EJA), educational inclusion, and recent high school curricular reforms. The study was based on bibliographic research supported by three scientific articles published between 2023 and 2024,



which critically address the institutional and normative transformations of public educational policies. The analysis examined the discontinuities of EJA policies, the contradictions between official discourse and inclusive practice, and the effects of technicist rationality on recent curricular reforms. It was found that, despite important legal and programmatic milestones, these policies are marked by fragmentation, institutional instability, and the increasing influence of private interests. As a result, the right to education remains compromised, especially for socially vulnerable groups. The research concluded that the lack of long-term state planning and the subordination of public policies to market logic and political discontinuities perpetuate educational inequalities. The study reinforces the need for consistent, intersectoral, and democratic educational policies based on equity, social participation, and the enhancement of critical formation.

KEYWORDS: Youth and Adults; School Exclusion; Curriculum; Institutional Continuity; Civic Education.

Introdução

As políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas têm oscilado entre iniciativas de ampliação do acesso e retrocessos institucionais que comprometem a efetividade do direito à educação. Essa instabilidade evidencia a fragilidade da articulação entre diretrizes normativas e ações concretas do Estado na promoção de uma educação pública, democrática e inclusiva. Particularmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação inclusiva e as reformas curriculares no ensino médio configuram campos paradigmáticos dessa tensão, sendo marcados por avanços pontuais, contradições internas e descontinuidades estruturais.

A escolha por investigar as políticas educacionais no Brasil, com ênfase nos avanços e retrocessos ocorridos nos últimos anos, justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema. A recorrente reformulação de programas, a interferência de interesses privados em políticas públicas e a fragmentação normativa afetam diretamente a qualidade da educação e revelam disputas em torno da concepção de escola e de formação humana. A motivação para este estudo surgiu da constatação de que os discursos oficiais sobre equidade e inovação educacional, muitas vezes, ocultam processos de exclusão, precarização e desresponsabilização do Estado, especialmente no atendimento a populações vulnerabilizadas.

A pergunta que norteou a pesquisa foi: quais são os principais avanços e retrocessos observados nas políticas educacionais brasileiras recentes, especialmente no que se refere à EJA, à inclusão e às reformas curriculares do ensino médio? Essa questão permitiu identificar e analisar criticamente o impacto das decisões político-institucionais nas condições de acesso, permanência e qualidade da educação oferecida a segmentos historicamente marginalizados.

O objetivo geral consistiu em analisar os avanços e retrocessos das políticas educacionais brasileiras recentes à luz de três eixos: a Educação de Jovens e Adultos, a educação inclusiva e as reformas do ensino médio. Para isso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (a) compreender os marcos legais e institucionais que definiram as políticas educacionais nos três campos estudados; (b) identificar os elementos de continuidade e ruptura ao longo das últimas décadas; (c) avaliar criticamente a coerência entre os discursos oficiais e as práticas efetivamente implementadas.

A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, fundamentada em análise de três artigos científicos publicados entre 2023 e 2024. Os três artigos selecionados abordaram, respectivamente: os efeitos do uso das tecnologias digitais nas políticas da EJA (Silva; Mello, 2024); os retrocessos e avanços na educação inclusiva, com ênfase nas decisões políticas relacionadas à criação e extinção de secretarias de inclusão (Sousa *et al.*, 2023); e os impactos das reformas curriculares do ensino médio na formação humana e na atuação docente (Silva, 2023). O corpus foi analisado com base em citações diretas curtas e longas, e com diálogo entre os autores, de modo a articular interpretações distintas sobre os efeitos das políticas educacionais recentes.

O artigo está estruturado em cinco partes. no capítulo avanços e discontinuidades nas políticas educacionais para a educação de jovens e adultos (eja), analisam-se as flutuações históricas e institucionais dessa modalidade de ensino, evidenciando sua discontinuidade e subordinação a lógicas eleitorais ou assistencialistas. no capítulo políticas educacionais e inclusão: retórica governamental e práticas excludentes, discutem-se as contradições entre o discurso oficial de inclusão e as políticas regressivas implementadas no período recente. no capítulo reformas curriculares e interferências do setor privado no ensino médio brasileiro, são debatidas as implicações do novo ensino médio para a formação integral e democrática. a seção resultados e análise dos dados articula os achados teóricos em um quadro analítico que evidencia convergências e contrapontos entre os autores. por fim, a seção considerações finais apresenta a síntese das principais conclusões e sugestões para investigações futuras.

Metodologia

A presente investigação configurou-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com enfoque qualitativo e caráter exploratório, fundamentada na análise crítica de produções acadêmicas que abordam as transformações recentes nas políticas educacionais brasileiras. A adoção dessa abordagem metodológica justifica-se pela sua capacidade de integrar diferentes interpretações teóricas e históricas sobre fenômenos educacionais, possibilitando uma compreensão contextualizada das mudanças estruturais, normativas e discursivas que incidem sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), os processos de inclusão educacional e as reformas no ensino médio.

A pesquisa foi orientada por procedimentos planejados e sistemáticos, conforme delineado por Silva, Oliveira e Silva (2021, p. 93), para quem

Neste paradigma, o que caracteriza a pesquisa bibliográfica é o conjunto de procedimentos previamente planejados que buscam soluções para determinado objeto e problema de pesquisa. Essa definição de procedimentos é que validará todas as ações como premissa essencial da pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, a seleção e o tratamento dos materiais analisados permitiram alcançar os objetivos investigativos por meio da articulação entre distintas abordagens teóricas, contribuindo para a construção de uma análise crítica fundamentada. Foram selecionados três artigos científicos publicados entre 2023 e 2024, cada um vinculado a um dos eixos centrais da pesquisa. Esses textos foram submetidos a leitura integral, seguida de fichamento temático e categorização analítica, o que possibilitou a extração de trechos teóricos, dados históricos e interpretações críticas mobilizados ao longo dos capítulos. O processo foi conduzido com base em um roteiro metodológico estruturado, que compreendeu: definição dos tópicos norteadores; identificação

e seleção das fontes bibliográficas; sistematização de citações diretas e indiretas; e construção argumentativa do texto.

A pesquisa bibliográfica foi compreendida, nos termos de Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66), como etapa inicial da atividade científica, pois “a pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada”. Assim, foi possível construir um referencial teórico consistente sobre as políticas educacionais brasileiras, com ênfase nos processos recentes de reconfiguração normativa e institucional.

A análise de conteúdo qualitativo permitiu estabelecer articulações entre os textos selecionados, identificando convergências, tensões e omissões nos discursos acadêmicos. O tratamento das fontes exigiu organização rigorosa, conforme apontam Prodanov e Freitas (2013, p. 55): “todas as pesquisas necessitam de um referencial teórico. No caso da pesquisa bibliográfica, este referencial é formado a partir de fontes secundárias, exigindo organização, fichamento e leitura crítica do material disponível”.

As buscas foram realizadas na base de dados SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, biblioteca virtual de periódicos científicos revisados por pares, amplamente reconhecida no meio acadêmico brasileiro pelas suas publicações nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas. Utilizaram-se combinações simples de palavras-chave, sempre entre aspas curvas simples, como ‘políticas educacionais’, ‘inclusão’, ‘ensino médio’, ‘EJA’ e ‘reformas’. As expressões foram articuladas com conectores diretos, como “e”, “no Brasil” e “educação pública”, com o objetivo de refinar os resultados e garantir sua pertinência temática.

Foram definidos como critérios de inclusão os textos publicados entre 2011 e 2025 que abordassem diretamente transformações nas políticas educacionais em, ao menos, uma das três áreas de interesse desta pesquisa. Excluíram-se textos opinativos, materiais sem fundamentação teórica explícita, produções anteriores a 2011 e estudos que tratassem do tema de forma genérica ou descontextualizada. Todo o processo de levantamento, análise e uso do material seguiu diretrizes éticas de integridade acadêmica, com devida citação das fontes e respeito à autoria intelectual.

A metodologia adotada, portanto, permitiu alcançar os objetivos propostos, viabilizando uma análise crítica e articulada sobre as políticas educacionais recentes, com base na sistematização de conhecimento existente e na interpretação fundamentada das produções acadêmicas selecionadas.

Avanços e discontinuidades nas políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A trajetória das políticas públicas destinadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por avanços pontuais, intercalados por longos períodos de discontinuidade institucional. Desde o período colonial, quando a educação de adultos destinava-se prioritariamente à catequese e à formação da elite, observa-se um padrão recorrente de negligência com a universalização do direito à educação para a população jovem e adulta excluída da escolarização regular. Como destacam Silva e Mello (2024), essa exclusão histórica reflete a fragilidade da concepção de educação como direito social pleno.

Durante o século XX, o país foi palco de múltiplas tentativas de combate ao analfabetismo, especialmente no contexto de redemocratização e de industrialização. No entanto, essas iniciativas foram frequentemente instrumentalizadas como mecanismos de controle social ou de formação de mão de obra, carecendo de continuidade e de estrutura pedagógica sólida. Nesse sentido, Silva e Mello (2024) observam que,

(...) com o golpe militar em 1964 e o exílio de Paulo Freire, os movimentos de educação e cultura popular foram censurados e perseguidos pelo Estado autoritário, pois, uma vez que contrariavam os interesses do Governo, eram uma grave ameaça à ordem. Em 1967, porém, surgiu o Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL), extinto e substituído pela Fundação Educar, que perdurou até 1990 (p. 6).

Essa descontinuidade evidencia o descompromisso histórico do Estado com a consolidação de uma política educacional estável para a EJA. A citação acima ilustra como as políticas públicas, ao invés de promoverem rupturas com paradigmas excludentes, foram frequentemente condicionadas a interesses conjunturais. Essa característica se repete nos anos 1990, quando a transferência de responsabilidades para os municípios e o esvaziamento de programas como o Pnac intensificaram a fragmentação das ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos (Silva; Mello, 2024).

Além da ausência de continuidade institucional, destaca-se a limitação das políticas públicas em contemplar a especificidade dos sujeitos da EJA. Sousa *et al.* (2023) apontam que “a educação inclusiva se constitui como um novo paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (p. 3). No entanto, esse paradigma não se concretizou plenamente na política educacional voltada à EJA, sendo frequente a subordinação das propostas pedagógicas a interesses tecnicistas e economicistas.

Ao longo dos anos 2000, com a retomada de programas como o Brasil Alfabetizado e o Proeja, observa-se um movimento de revalorização da EJA como política pública. No entanto, como salientam Silva e Mello (2024), tais iniciativas foram marcadas por baixos investimentos e forte dependência de parcerias com o setor privado, o que fragilizou sua estrutura e alcance. Conforme afirmam,

(...) na década de 1990, o governo Fernando Collor extinguiu a Fundação Educar e transferiu a responsabilidade da EJA para os municípios. Houve a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (Pnac), com a meta de reduzir 70% do analfabetismo no país dentro de cinco anos. Porém, o programa possuía falhas e foi desarticulado devido à fragmentação, desvinculação e falta de recursos (Silva; Mello, 2024, p. 6).

A explicação para essa fragilidade das políticas da EJA reside, em parte, na persistente concepção de que a educação de jovens e adultos possui natureza transitória, sendo implementada sob a forma de campanhas emergenciais ou ações pontuais. Sousa *et al.* (2023) evidenciam que a inclusão educacional efetiva depende da articulação entre políticas públicas permanentes e compromisso ético com os sujeitos historicamente excluídos. Para os autores, a alternância entre avanços e retrocessos evidencia a instabilidade dos compromissos governamentais com o segmento.

Essa perspectiva é reiterada por Silva e Mello (2024), ao afirmarem que

(...) durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve avanços nas políticas públicas para a EJA. Em 2003, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, para integrar programas governamentais e privados, e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), para expandir as vagas na educação fundamental (p. 7).

Ainda que tais ações tenham representado avanços significativos, sua implementação esbarrou em limitações orçamentárias e falta de continuidade política nos anos subsequentes.

Dessa forma, a análise histórica das políticas da EJA evidencia que os avanços conquistados foram constantemente ameaçados por ciclos de descontinuidade e mudanças administrativas. A ausência de políticas estruturantes comprometeu a consolidação de um modelo pedagógico voltado à formação crítica, emancipatória e socialmente referenciada. O que se observa, portanto, é a permanência de um quadro ambíguo em que conquistas parciais coexistem com retrocessos estruturais.

Políticas educacionais e inclusão: retórica governamental e práticas excludentes

A análise das políticas educacionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência revela um campo tensionado por discursos progressistas e práticas institucionais excludentes. Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça o direito à educação inclusiva, na prática, as ações estatais demonstram fragilidade quanto à efetivação desse princípio. A presença de retrocessos normativos, como o incentivo ao retorno das classes e escolas especiais, contrasta com a retórica de inclusão propagada por documentos oficiais e agendas públicas.

Sousa *et al.* (2023) ilustram essa contradição ao relatarem que

(...) em 2020, ocorreu um dos maiores retrocessos da educação inclusiva com a promulgação da nova Política Nacional de Educação Especial, que no seu arcabouço faz a defesa pelo retorno das escolas e classes especiais (p. 2).

A referida política, implementada durante o governo Bolsonaro, representou não apenas uma ruptura com os avanços conquistados em décadas anteriores, mas também uma tentativa de legitimar modelos de segregação institucionalizados sob o discurso da “escolha das famílias”. A citação explicita a dissonância entre o compromisso formal com a inclusão e as decisões políticas de exclusão.

Essa ruptura com o modelo inclusivo se manifesta também na ausência de investimentos em acessibilidade, formação docente e infraestrutura adequada. Embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido a educação como direito social de todos, a interpretação e a aplicação desse direito permanecem subordinadas à conjuntura política e à visão de mundo dos gestores públicos. Ainda que haja avanços formais, como a legislação que assegura matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, as políticas públicas fracassam em garantir os meios efetivos para que a inclusão ocorra com qualidade e equidade. Silva (2023) contribui para essa discussão ao demonstrar que as reformas curriculares, mesmo quando anunciadas como progressistas, desconsideram a complexidade das demandas de inclusão ao esvaziarem o conteúdo formativo e reduzirem o papel da escola à preparação técnica para o mercado.

De acordo com Sousa *et al.* (2023), “a educação inclusiva se constitui como um novo paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (p. 3). No entanto, essa concepção encontra

barreiras concretas na ausência de políticas contínuas e intersetoriais. Em vez disso, observa-se a prevalência de ações desarticuladas e muitas vezes contraditórias com os princípios da equidade e da justiça social.

A crítica à retórica institucionalizada sem correspondência prática é compartilhada por Silva e Mello (2024), que ao abordar a EJA identificam a persistência de políticas excludentes camufladas sob o discurso da inclusão. A precariedade dos recursos didáticos, a ausência de formação específica para os docentes e o uso de modelos pedagógicos padronizados limitam a autonomia dos sujeitos e perpetuam desigualdades educacionais. Assim, o discurso da inclusão serve, muitas vezes, como instrumento de legitimação de políticas desresponsabilizadoras do Estado.

Sousa *et al.* (2023) acrescentam que

(...) por acreditarmos que a educação inclusiva se constitui como um novo paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, fazemos a defesa por momentos de reflexão sobre nossa história para que não voltemos a um passado de exclusão dos segmentos sociais mais vulneráveis (p. 3).

Essa citação ressalta a importância de se compreender a inclusão não apenas como presença física na escola, mas como pertencimento e valorização das diferenças.

Assim, observa-se que o desafio da inclusão está menos relacionado à formulação de novas leis e mais à capacidade do Estado em garantir condições objetivas para sua aplicação. A implementação de políticas públicas inclusivas requer comprometimento político, continuidade administrativa e escuta ativa das demandas dos sujeitos historicamente excluídos. A retórica de direitos precisa, portanto, ser acompanhada de ações estruturantes e de um modelo educacional comprometido com a transformação social e não com a sua reprodução desigual.

Reformas curriculares e interferências do setor privado no ensino médio brasileiro

As reformas curriculares empreendidas no ensino médio brasileiro, especialmente a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017, têm sido objeto de intensas críticas por parte de pesquisadores e educadores, sobretudo em razão da crescente influência de interesses privados na definição das políticas públicas educacionais. A adoção de modelos inspirados em *frameworks* empresariais, a ênfase na racionalização da formação e a desvalorização das humanidades indicam um movimento de esvaziamento do sentido emancipatório da educação, em favor de uma formação voltada à lógica do mercado.

Silva (2023) demonstra como os documentos normativos que embasaram tais reformas incorporam uma “pedagogia das competências”, marcada por um ideal de funcionalidade e adaptação ao mundo do trabalho. A autora argumenta que

(...) os enunciados dos textos normativos, de modo recorrente, aludiam à necessidade de adequar a educação escolar às mudanças que vinham ocorrendo, no mundo do trabalho, tanto no que se refere à incorporação de processos tecnológicos quanto às mudanças organizacionais. Em razão dessas transformações, era alegada a insuficiência dos currículos planejados a partir dos conhecimentos advindos das ciências de referência e que era imperativo estabelecer outros modos de se relacionar com o saber, conferindo ênfase ao saber-fazer (Silva, 2023, p. 5).

A citação acima revela o alinhamento do discurso educacional com demandas de produtividade e empregabilidade, enfraquecendo a função crítica e cidadã da escola. Essa perspectiva reducionista é ainda mais evidente quando se observa a organização do novo currículo em itinerários formativos que privilegiam competências técnicas em detrimento da formação geral. Como a própria autora afirma, trata-se de uma política orientada por uma racionalidade economicista, cujos fundamentos estão distantes das necessidades formativas da juventude brasileira.

Para Sousa *et al.* (2023), essa lógica tecnocrática impacta negativamente a inclusão, uma vez que limita o acesso de estudantes com deficiência e de jovens em situação de vulnerabilidade a uma formação integral. Ao priorizar o desempenho e a adequação a padrões produtivos, o novo modelo curricular marginaliza sujeitos cuja trajetória escolar exige políticas de compensação e apoio. Segundo os autores, a promoção de políticas públicas para grupos vulneráveis “fortalece o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão. E, diante do cenário recente de retrocessos, precisamos seguir juntos e fortes em defesa de uma sociedade para todos(as), sem nenhum direito a menos” (Sousa *et al.*, 2023, p. 2).

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como as reformas foram conduzidas. A Medida Provisória 746, convertida na Lei 13.415/2017, foi imposta sem amplo debate com os profissionais da educação e a sociedade civil. Esse *modus operandi* evidencia a centralidade de atores externos ao sistema público de ensino na formulação de políticas educacionais. Silva (2023) identifica essa tendência como característica de um modelo de governança que transfere decisões fundamentais ao setor privado, especialmente a fundações empresariais que atuam em parceria com o Estado na elaboração de currículos e materiais didáticos.

Essa lógica também está presente nas políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como afirmam Silva e Mello (2024), os programas destinados à EJA, como o Proeja e o Brasil Alfabetizado, foram frequentemente concebidos sob a lógica da empregabilidade, subordinando os objetivos pedagógicos aos interesses de formação técnica rápida e barata. A autora destaca que

(...) o Novo Ensino Médio surge, assim, como um modelo estruturalmente fragmentado, que promove um currículo esvaziado de sentido formativo integral, fragilizando as áreas de conhecimento ligadas à formação crítica e cidadã (Silva, 2023, p. 9).

A crítica aos itinerários formativos também perpassa a avaliação dos impactos sobre o papel docente. O novo modelo implica a reorganização da carreira e a redefinição das atribuições dos professores, muitos dos quais foram deslocados de suas áreas de formação ou submetidos a funções polivalentes. Isso compromete a qualidade do ensino e acentua a precarização do trabalho docente, em um contexto já marcado pela instabilidade institucional e pela escassez de recursos.

Conclui-se, portanto, que as reformas curriculares recentes, embora apresentadas como resposta à crise da educação básica, aprofundam as desigualdades e esvaziam o conteúdo democrático da escola pública. Ao privilegiar uma formação utilitarista e tecnicista, subordinada a interesses corporativos e distante das necessidades formativas reais da juventude, o Estado brasileiro se afasta de seu compromisso constitucional com uma educação emancipadora, plural e inclusiva.

Resultados e análise dos dados

A análise dos três eixos temáticos – avanços e descontinuidades na EJA, políticas educacionais inclusivas e reformas do ensino médio – evidenciou um padrão recorrente de instabilidade das políticas públicas educacionais no Brasil, marcado por alternâncias entre progressos parciais e retrocessos estruturais. Os autores analisados convergem quanto à constatação de que a ausência de continuidade política e o predomínio de interesses exógenos ao campo educacional comprometem o direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos, Silva e Mello (2024) apontam que os programas destinados à EJA, como o MOBRAL e o Brasil Alfabetizado, foram frequentemente formulados sob lógicas utilitaristas, priorizando a formação técnica e ignorando a perspectiva de emancipação dos sujeitos. Sousa *et al.* (2023) reforçam esse diagnóstico ao salientar que políticas educacionais excludentes, mesmo quando travestidas de inclusão, não operam mudanças substantivas enquanto não forem acompanhadas de investimento público e compromisso ético com os sujeitos historicamente marginalizados. Para os autores, “é preciso superar a lógica de campanhas pontuais, pois a EJA exige políticas estruturantes, voltadas à valorização da trajetória dos sujeitos e à garantia de permanência escolar” (Sousa *et al.*, 2023, p. 4).

Já Silva (2023), ao tratar das reformas no ensino médio, evidencia que os discursos de modernização e flexibilização curricular reproduzem uma racionalidade gerencialista. A autora critica a “pedagogia das competências”, que, em sua avaliação, esvazia o conteúdo formativo e desarticula a função crítica da escola pública. Essa crítica encontra eco em Sousa *et al.* (2023), que observam que tais reformas não atendem às demandas de acessibilidade e diversidade, e aprofundam desigualdades educacionais sob a justificativa de inovação.

A tensão entre discurso institucional e prática política é um ponto comum entre os autores. Sousa *et al.* (2023) denunciam que a política educacional inclusiva de 2020, que propôs o retorno das escolas especiais, “representou um dos maiores retrocessos da história recente da educação brasileira, ao institucionalizar a exclusão sob o pretexto de liberdade de escolha” (p. 2). Silva (2023) aponta, na mesma direção, que o Novo Ensino Médio “criou um modelo estruturalmente fragmentado, que esvazia o sentido formativo integral e fragiliza a formação cidadã” (p. 9). Ambas as análises convergem na crítica à aparente neutralidade das reformas, revelando seu caráter excludente e seletivo.

Por outro lado, observa-se que, embora os autores compartilhem a crítica ao esvaziamento das políticas inclusivas e emancipadoras, divergem quanto à intensidade dos impactos dessas reformas. Enquanto Silva (2023) enfatiza o papel das fundações privadas na condução das reformas curriculares, Sousa *et al.* (2023) concentram-se no discurso político de exclusão e nas estruturas de governança pública, indicando que os retrocessos são também responsabilidade de agentes estatais. Essa diferença de ênfase aprofunda a compreensão do problema ao demonstrar que as dinâmicas de exclusão resultam tanto de interesses privados quanto da omissão (ou conivência) do Estado.

Em relação à EJA, Silva e Mello (2024) atribuem os entraves à ausência de continuidade administrativa e à desvalorização dessa modalidade de ensino no planejamento educacional. Para os autores, “os programas são desarticulados, episódicos e submetidos a critérios eleitorais ou de mercado, o que inviabiliza qualquer tentativa de consolidação de uma política pública de longo

prazo” (p. 6). Sousa *et al.* (2023), por sua vez, reforçam que a ausência de uma política nacional permanente de educação inclusiva amplia os efeitos dessas discontinuidades. Eles observam que a revogação de decretos regressivos, como ocorreu em 2023, “não basta para reparar o impacto institucional e simbólico das políticas excludentes anteriores” (p. 3).

Em síntese, os resultados revelam que as políticas educacionais analisadas operam sob uma lógica de fragmentação, descontinuidade e externalização da responsabilidade pública. A ausência de diálogo efetivo com os educadores, a concentração decisória em atores privados e a substituição de projetos estruturantes por ações pontuais comprometem a efetividade dos direitos educacionais no país. Ainda que haja divergências entre os autores quanto às causas prioritárias desse cenário, há consenso sobre a necessidade de retomada do planejamento estatal com base em princípios de equidade, universalidade e democracia.

Conclusão

A elaboração deste estudo permitiu responder de forma fundamentada à questão norteadora proposta: em que medida as políticas educacionais brasileiras, ao longo das últimas décadas, evidenciam avanços e retrocessos no que se refere ao direito à educação pública, inclusiva e democrática? A análise dos três eixos temáticos – a Educação de Jovens e Adultos (EJA), as políticas inclusivas e as reformas curriculares no ensino médio – demonstrou que, embora tenham sido registrados marcos legais e programáticos importantes, as políticas implementadas carecem de continuidade, coerência e efetivação prática.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar criticamente as oscilações entre avanços e retrocessos nas políticas educacionais no Brasil, à luz de estudos recentes que enfocam a EJA, a inclusão e o ensino médio. Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: identificar as principais transformações institucionais nesses campos; compreender a influência de decisões políticas e econômicas na formulação das políticas educacionais; e discutir os impactos das reformas para os sujeitos atendidos pela escola pública. Esses objetivos foram atendidos por meio de uma articulação entre os referenciais teóricos extraídos dos artigos analisados, que possibilitaram identificar pontos de convergência, divergência e crítica entre os autores.

Verificou-se que a EJA continua sendo tratada como uma modalidade residual, submetida a programas descontínuos e vulneráveis às orientações dos governos. Da mesma forma, as políticas de inclusão, embora respaldadas por normas legais, enfrentam resistências institucionais e retrocessos normativos, como demonstrado nos anos recentes. Por fim, as reformas curriculares do ensino médio, promovidas sob o discurso da flexibilização e modernização, revelaram-se estruturalmente frágeis, tecnicistas e marcadas pela atuação de setores privados, em detrimento da função pública da escola.

A contribuição deste trabalho consiste em apresentar uma análise integrada dessas três dimensões, destacando a interdependência entre decisões políticas, concepções pedagógicas e condições materiais para a efetivação do direito à educação. A ausência de políticas de Estado estruturantes e duradouras reforça a necessidade de estudos que revelem os impactos concretos das decisões institucionais na vida escolar de grupos historicamente marginalizados.

Como desdobramento deste estudo, recomenda-se o aprofundamento das investigações empíricas sobre a implementação local dessas políticas, considerando as diferentes realidades

regionais. Além disso, sugere-se a realização de estudos comparativos entre redes estaduais, a fim de compreender os efeitos diferenciados das reformas e identificar práticas exitosas que possam subsidiar a formulação de políticas públicas efetivas e democráticas.

Referências

ALMEIDA, L. M.; SILVA, C. D. D.; TORRES, C. I. de O. Tecnologia educacional e inclusão social na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação e Tecnologia**, v. 10, n. 2, p. 85-102, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, D. R.; MELLO, C. M. Avanços e retrocessos das políticas públicas educacionais da EJA no Brasil: o uso das tecnologias digitais. **Revista Educação Interdisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 1-25, 2024.

SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, G. O. da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SILVA, M. R. Avanços e retrocessos nas recentes reformas do ensino médio: que rumo tomará a última etapa da educação básica? **EccoS - Revista Científica**, n. 67, p. 1-15, 2023.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUSA, F. M. B. de et al. Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência – avanços e retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, e0512239444, 2023.